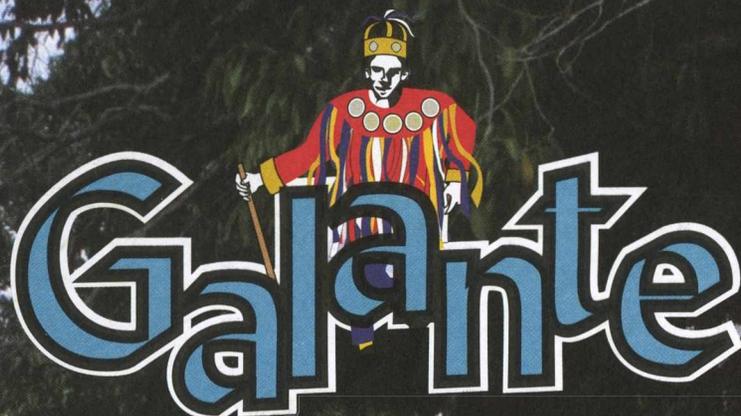


Nº 16
Volume 03
Outubro
2006



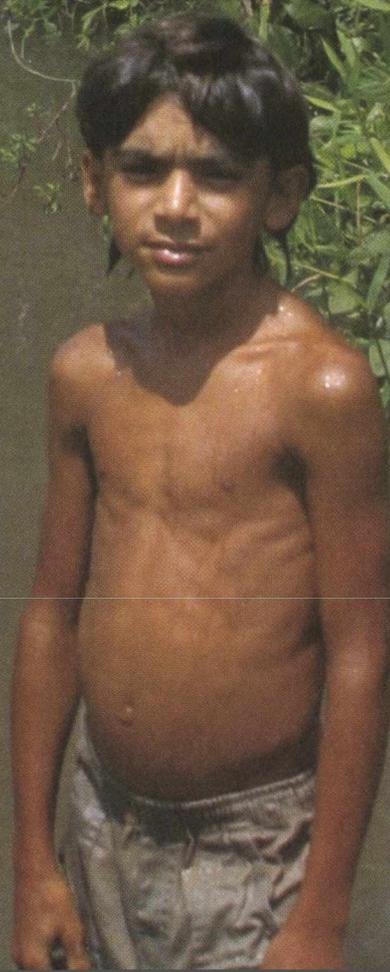
Scriptorin Candinha Bezerra
FUNDAÇÃO HÉLIO GALVÃO

Os Eleotérios do Catu

índios do Rio Grande do Norte

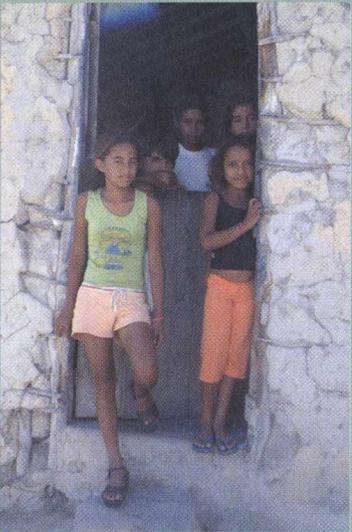
Carlos Guilherme do Valle,
Edmundo Pereira e
Claudia Moreira

Por mais de um século considerados “extintos”, os indígenas do Rio Grande do Norte têm aparecido na esfera pública e na imprensa de modo recorrente nos últimos anos. Em 15 de junho de 2005, esse fato veio a se destacar com a audiência pública realizada na Assembléia Legislativa / RN. No evento, três comunidades compostas por dezenas de famílias se afirmaram e demandaram reconhecimento oficial de sua condição de “remanescentes indígenas”: os Mendonça do Amarelão (João Câmara), os Eleotérios do Catu (Canguaretama) e os Caboclos do Riacho (Assu).





Nesse contexto, discutiremos o que tem sido visto como algo paradoxal e contraditório: o reaparecimento de povos indígenas muito tempo depois da tão conhecida Guerra dos Bárbaros, destacada por Luís da Câmara Cascudo na frase “No século XIX, o indígena entrou para morrer”. Para refletirmos mais criticamente sobre versões históricas autorizadas, até mesmo sobre as vozes dos “mestres”, faremos referência especial aos Eleotérios do Catu, a fim de apresentarmos, de forma bastante resumida, a particularidade das situações vividas por muitas comunidades indígenas do Nordeste brasileiro.



Os percursos históricos dos povos indígenas no Nordeste brasileiro são muito variados e complexos; no entanto, apresentam elementos comuns, que se convergem, quando consideramos a importância objetiva e simbólica da terra, das ideologias da família e do sangue e da reelaboração da memória e do passado, além de uma história de misturas, articulações e confrontos, tanto religiosos como sociais e políticos. Podem-se encontrar também, assim, se temos um olhar menos fatídico e perverso com a produção das diferenças, as manifestações culturais, rituais e religiosas, que



ora puderam se hibridizar com formas culturais hegemônicas, ora se afiguraram através de espaços sociais mais socialmente restritos, à revelia das práticas e das proibições de religiosos, padrões e coronéis. Muitas vezes, puderam chegar, ainda que de forma fragmentada, até as gerações presentes. Desde especialmente a década de 1970, processos de retomada de identidades indígenas vêm ocorrendo em todo no Brasil de forma crescente — em especial na Região Nordeste. A antropologia contemporânea tem chamado esses fenômenos de *etnogênese* ou *emergência étnica*. O termo aponta para o movimento de certas comunidades no sentido de reivindicarem a descendência e o reconhecimento como “indígenas”, apesar de as suas matrizes socioculturais (“brancas”, “negras” e “indígenas”) já se encontrarem “misturadas”, por conta dos processos coloniais e pós-coloniais aos quais estiveram subjugadas e aos quais, ainda que em graus variados, tiveram de se adaptar. Nesse ponto, vale lembrar que o projeto de homogeneização sociocultural do Brasil, empreendido por elites econômicas e políticas desde o período colonial, passando pelo Império e chegando até a

República, não foi capaz, apesar dos esforços e dos investimentos, de suplantar os processos de reorganização social e cultural que, para longe do alcance dos centros políticos, se desenvolveram. Para que se tenha uma idéia, até a década de 1980, havia, no Nordeste, oficialmente cerca de 20 grupos indígenas. Atualmente, esse número mais do que duplicou. Como isso é possível? Onde estavam todas essas populações? Por que não se pronunciaram antes? Um ponto que vale ser ressaltado — e sempre saudado — é o de que, a partir especialmente da promulgação da Constituição de 1988, momento da distribuição de direitos na história política brasileira, entraram para o centro das atenções políticas e de pensamento sobre o Brasil noções como as de “diversidade cultural” e “cidadania”, com os respectivos instrumentos e rotinas legais de ação e jurisprudência para a sua proteção e para a garantia de reprodução social. As fontes históricas sobre a formação da Região Sul do Rio Grande do Norte dão conta da existência de aldeamentos e vilas de índios entre os séculos XVII e XIX. Dentre estes, destacavam-se os aldeamentos de Guaraíras (atual Arês), de Mipibu (atual cidade de São José de Mipibu) e de Igramació, nos arredores

das cidades de Canguaretama, Vila Flor e Goianinha. De fato, boa parte dos aldeamentos erigidos no Nordeste no período colonial se tornariam arraiais, povoados e cidades. Além disso, o Sul da Capitania do Rio Grande, no século XVII, consistia num importante pólo econômico, materializado pelos trabalhos do engenho Cunhaú, pertencente à família Albuquerque Maranhão, que detinha poder político e grande influência social na região. Convém salientar que, além da forte presença populacional indígena, essa região potiguar foi afetada profundamente pelo tráfico de escravos africanos, o que permitiu uma evidente heterogeneidade de convivência social pluriétnica, moldada através de processos históricos de articulação e conflitos de longa duração. É nessa região que se encontra, ainda hoje, o chamado “Catu dos Lotero”, área localizada dentre os municípios de Goianinha e Canguaretama, distando cerca de 80 km de Natal. O Catu é também conhecido pelas suas extensas plantações de cana-de-açúcar e pelos viveiros de criação de camarão instalados a



partir da década de 1990. O termo “Catu”, proveniente do Tupi-Guarani, de acordo com traduções especializadas, possui significados variados, que podem expressar tanto local “bom” como “agradável”. Todavia, o topônimo vem sendo aproveitado politicamente por moradores do lugar, atualmente mobilizados em torno de um processo de auto-afirmação étnica indígena perante a sociedade regional e as autoridades governamentais. Os Eleotérios configuram-se como um conjunto de 181 famílias que vivem nas proximidades do Rio Catu, totalizando cerca de 800 pessoas. Em sua maioria, casam-se e estabelecem diversos tipos de relações sociais entre si. Desse modo, os regionais costumam chamar toda essa área geográfica de “Catu dos Loteros”. Contudo, os próprios habitantes do Catu dividem e distinguem os limites que demarcam o seu território, tais como o “Catu de baixo”, o “Catu do meio” e o “Catu de cima”. Em termos de organização política, foi criada tanto a Associação dos Moradores do Vale do Catu-Canguaretama (AMVC) como a Associação dos Moradores do Vale Catu-Goianinha, ambas

estabelecidas em 2003. Essas associações foram formalizadas, através da intervenção das prefeituras das respectivas cidades das quais o Catu é distrito, atendendo a uma demanda do Governo Federal para viabilizar o repasse de fundos de apoio comunitário. Na ocasião em que as associações foram criadas, o seu papel esteve relacionado com a mobilização comunitária para a implantação de um poço para abastecimento coletivo de água. No Catu, o dia de trabalho começa normalmente bem cedo. Antes das cinco horas da manhã, os ônibus com trabalhadores das usinas Estivas e Baía Formosa começam a circular na estrada principal do lugar. Os ônibus levam os trabalhadores para áreas distantes para que iniciem o corte da cana ou a limpeza das áreas para um novo plantio. Outros, agricultores, se dirigem às conhecidas áreas de *paúl*, nas margens do Rio Catu, onde fica a maioria das unidades produtivas familiares. Elas são as várias faixas de plantação de hortaliças e legumes, que exibem solo molhado e que normalmente costumam alagar durante as cheias do Rio. Como o principal espaço produtivo, essas áreas vêm sendo utilizadas atualmente nos diversos meses do ano, ao contrário do passado,

quando apenas se trabalhava com horta nos meses compreendidos entre outubro e dezembro. Antes, esses trechos ficavam completamente alagados. Nas atividades de produção voltadas para o consumo familiar, as mulheres do Catu contribuem largamente, realizando o cultivo diário das hortas. Vale dizer que muitas delas atuam também na comercialização de produtos nas feiras locais. Alguns homens do Catu trabalham também nas fazendas situadas na região. Outras pessoas trabalham nas matas locais: vão coletar lenha, pois nem sempre é possível adquirir um botijão de gás para cozinhar. Alguns outros são empregados no posto de saúde e nas duas escolas municipais existentes. Nas terças-feiras, esse movimento matutino pode ser intensificado pela coleta de mangaba, embora um número reduzido de pessoas ainda pratique essa atividade. A coleta da fruta, que ocorre em áreas para além do espaço reconhecido como o Catu, ocorre no início da semana, porque permite um melhor amadurecimento para a revenda da feira do final da semana. Assim, o movimento de pessoas no Catu também é intenso aos sábados e aos domingos, quando são organizadas as feiras de Canguaretama, Goianinha

e Pedro Velho, cidades em que os conhecidos “catuzeiros” comercializam os seus produtos. Percebe-se, portanto, que o trabalho na agricultura concentra a maior parte da mão-de-obra local. No final da década de 1990, algumas áreas de terra, não desmatadas para o plantio de cana-de-açúcar, foram declaradas como Áreas de Proteção Ambiental (APAs) pelo IDEMA. Com 442 km², a APA Bonfim-Guarairas inclui trechos de diversos municípios e tem origem no Rio Pium, no município de Parnamirim. A definição dessa APA abrange áreas habitadas por diversas populações, incluindo o Catu dos Eleotérios. Essa medida tornou-se problemática para os seus moradores, que passaram a enfrentar diversos obstáculos para terem acesso às matas e às demais faixas de terra agricultáveis. Além disso, a presença das usinas de cana-de-açúcar tem causado o desmatamento de áreas extensas de Mata Atlântica da região. Pode-se visualizar, então, o Catu como uma “ilha”, cujos habitantes têm resistido historicamente à usurpação de suas terras. Afinal de contas, será mesmo possível considerar os Eleotérios como índios? Essa questão pode surgir de imediato ao incauto. Chegando ao Catu, os Eleotérios podem ser

confundidos, à primeira vista, com qualquer regional, principalmente se são procurados sinais de diferenciação através dos aspectos físico-corporais, das vestimentas e da língua. Mais difícil ainda seria encontrar diferenciação por meio de expressões culturais, como a pintura e o adorno corporal ou as artes plumárias, considerados como sinais





culturais emblemáticos dos povos indígenas da Amazônia. Muito menos seria possível detectar e o isolamento populacional em extensas áreas de mata intocada. Como os demais povos e comunidades indígenas atuais do Nordeste, os Eleotérios herdaram uma história de mudanças, transformações e perdas que afetaram os seus repertórios culturais depois de longos processos históricos de exposição à violência física e simbólica, tanto no período colonial como no período imperial do Brasil. No caso das situações indígenas do Nordeste contemporâneo, é preciso ter uma perspectiva mais cuidadosa e próxima e um olhar mais atento e sem preconceitos para que se possam perceber as diferenças expostas por esses grupos frente aos

regionais, as pessoas que eles, os próprios índios, encaram como sendo "seus" diferentes e que, por seu lado, também marcam diferenças frente às pessoas que vivem no Catu. Independentemente das diferenças marcadas por ambos os lados, os Eleotérios compartilham com os regionais diversas atividades cotidianas e religiosas, relações econômicas de compra e venda e de lazer etc. De modo bem significativo, os moradores de Vila Flor chamam as pessoas que vivem no Catu de "catuzeiros", de "Índios do Catu", sendo esses termos, portanto, usados com sentido bem pejorativo e estigmatizador, embora essas categorizações estejam sendo aproveitadas mais recentemente de forma positiva pelos Eleotérios,

inclusive repercutindo na sua mobilização política. De fato, os Eleotérios do Catu têm buscado, desde o início desta década, entender melhor o seu passado e a sua ascendência indígena. Lideranças vêm estabelecendo contatos e estreitando relações com outros povos indígenas do Nordeste, sobretudo os Potiguara, da Paraíba. As suas viagens à Baía da Traição (PB) têm sido recorrentes e significativas desse processo atual de afirmação étnica como indígenas. Dessa forma, relacionando-se e dialogando com seus parentes, como eles chamam os índios de outras etnias, os Eleotérios procuram reconhecimento e apoio político para as suas demandas e reivindicações sociais.

Nesse sentido, é nesse quadro de relações e diálogos, e também de conflitos, que os Eleotérios buscam a garantia de direitos específicos. Eles têm conseguido apoio igualmente em instituições públicas locais, até governamentais, em nível estadual, cujos representantes e agentes têm atuado nos diversos contextos em que vivem. Além disso, a mobilização política dos Eleotérios fundamenta-se através dos diversos aproveitamentos que eles próprios fazem da memória social e das práticas discursivas que dão relevo à diferenciação étnica. Podem ser ainda as expressões rituais que eles vêm retomando positivamente nos últimos anos. Por meio de suas histórias e vozes particulares, os Eleotérios,

como os demais grupos indígenas que vem reaparecendo no Rio Grande do Norte, nos têm estimulado a repensarmos a própria história do Estado para muito além do seu suposto desaparecimento, provocando nossas concepções mais arraigadas sobre o mundo em que vivemos.



Scriptorium **Candinha Bezerra**
FUNDAÇÃO HELIO GALVÃO
 Fones: (84) 3211-8241/fax: 3211-8790

Direção Artística e de Pesquisa
 Dácio Galvão

Direção Executiva e Fotografias
 Candinha Bezerra

Consultoria
 Luiz Assunção

Colaboradores

Carlos Guilherme do Valle e
 Edmundo Pereira

Professores do Depto. de Antropologia-UFRN

Claudia Moreira

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em
 Antropologia Social-UFRN

Revisão

Anna Maria Jasiello

Programação visual

Jussie Costa

nacaopotiguar@uol.com.br

P R O J E T O



Scriptorium **Candinha Bezerra**
FUNDAÇÃO HELIO GALVÃO

